



# FEDERAÇÃO NACIONAL DOS MÉDICOS

## **O trabalho na urgência e o pagamento aos médicos**

A forma cega e prepotente como o Ministério das Finanças decidiu formular os cortes indiscriminados nos serviços públicos, não teve em conta situações particulares e delicadas como o sector da saúde.

Apesar dos inúmeros e antecipados alertas das organizações sindicais médicas, o Governo decidiu manter diversas medidas na versão final do Orçamento de Estado (O.E.), tendo havido até propostas de deputados da maioria governamental que tentaram introduzir alterações ainda mais gravosas durante a discussão desse diploma na A. R. .

A crescente onda de contestação da grande maioria dos médicos, com particular destaque para os sectores mais jovens, rapidamente demonstrou que a política do Governo era, em si própria, suicidária.

Grande parte dos médicos tem procedido à entrega de declarações individuais a exigir o cumprimento rigoroso da legislação emanada do próprio Governo no que se refere aos limites do trabalho extraordinário.

O aumento progressivo do número de médicos envolvido nesta contestação reivindicativa, bem como a unidade de acção das organizações sindicais médicas, constituíram factores determinantes para o Governo se ver obrigado a encontrar uma interpretação legal adequada ao pagamento menos gravoso das horas extraordinárias.

O início formal das negociações na próxima semana (9/2) entre a delegação sindical médica conjunta e a delegação governamental será de extrema importância dadas as matérias relevantes que estarão em discussão, como a criação de uma grelha salarial adequada ao trabalho médico e a um horário de 40 horas semanais, a preparação da implementação dos regulamentos de concurso, a reorganização do trabalho na urgência e a forma específica e diferenciada do seu pagamento contratualizado.

Torna-se indispensável desenvolver uma negociação célere e com resultados concretos, de modo a evitar que cheguemos à situação mais aguda do impacto das medidas reivindicativas em curso, o que teria delicadas e imprevisíveis consequências.

A FNAM apela a todos os médicos para que, neste momento decisivo, se mantenham unidos e não cedam a quaisquer pressões nos locais de trabalho, denunciando junto das suas organizações sindicais quaisquer acções desse tipo.

O actual movimento reivindicativo em torno das declarações deve ser mantido até à concretização do processo negocial.

A FNAM está empenhada, como sempre, em contribuir construtivamente para a resolução deste importante diferendo e em desenvolver negociações proíficas e céleres, esperando que da parte do Governo seja adoptada idêntica atitude política e negocial.